

### 3

## O zoneamento social da cidade e o estigma urbano da AP 3

No capítulo anterior analisamos o processo de zoneamento da cidade de acordo com as leis vigentes em diversas épocas no século XX e, para cada um desses zoneamentos, foi identificada uma área que posteriormente viria a se tornar a AP 3, objeto em estudo. Vimos a mancha urbana da cidade se expandir, o subúrbio ser fagocitado e a zona rural ou agrícola praticamente desaparecer.

Quem estuda esses zoneamentos simplesmente pelas disposições legais pode concluir que a cidade teve uma expansão perfeitamente viável, como em qualquer cidade bem planejada e estruturada, desenvolvida através de estudos técnicos e urbanos e envolvendo especialistas de diversas áreas capazes de determinar o que seria bom ou ruim para o Rio de Janeiro.

Paralelamente a esse traçado legal, a realidade que ocorria nesse território, aparentemente muito bem planejado, não necessariamente seguia os conceitos urbanos clássicos. Pensamentos e ideologias foram e continuam sendo fatores de grande influência no desenvolvimento urbano carioca e que talvez sejam aquilo que mais determina ainda hoje para onde a cidade deve ir, quando isso deve acontecer e o que deve ser feito em cada parte do nosso território.

A AP 3 passou, dentro de um século, por dinâmicas urbanas que a trataram como zona rural, suburbana e urbana, além de usos industriais, agrícolas, comerciais, turísticos e especiais. Tudo isso foi referente ao que o legislador estabeleceu, aquilo que deveria ser cumprido pelas administrações municipais como forma de planejamento urbano. Porém, paralelamente a essa evolução urbana, existiu, e ainda existe, no Rio, um zoneamento ideológico, de classe e segregador, que, de uma forma ou de outra, contribuiu para estigmatizar uma enorme área da cidade e prejudicar seu desenvolvimento.

Estigmatização é uma condição totalmente incerta de acesso ao poder social, econômico e político, o que permite a identificação das diferenças, a construção de estereótipos, a separação de pessoas rotuladas dentro de uma categoria, o desaprovar, a rejeição, a exclusão e a discriminação (LINK & PHELAN, 2001, p.367).

### 3.1

#### **As duas vertentes sociais de expansão da cidade**

Remetendo ao processo de urbanização da cidade em meados do século XIX, o Rio de Janeiro começou a atrair efetivamente capitais internacionais que possibilitaram alterações significativas no modo de habitar e ocupar a cidade. Houve, nesse período, a inserção de diversos serviços públicos, em que os transportes tiveram particular importância para o desenvolvimento urbano municipal. Tanto trens quanto bondes facilitaram a expansão da cidade, principalmente em direção a dois eixos fundamentais que irão formar os bairros da Zona Norte e da Zona Sul de hoje (SILVEIRA, 2008).

A cidade começava, nessa época, a sofrer o impacto de uma industrialização incipiente, que, a princípio, procurou localizações próximas ao centro urbano para instalação de suas fábricas (ABREU, 1988). Encontramos ainda hoje alguns prédios remanescentes dessa industrialização no Centro, mas grande parte já foram demolidos. A fábrica da Bhering, hoje desativada, mas ainda presente na Saúde após ser remanejada da Cinelândia, é um exemplo do interesse fabril pela área central da cidade.

O centro do Rio de Janeiro, ainda no século XIX, era habitado por classes populares e também pela elite carioca. Era uma região pouco valorizada, com aspecto sujo, ruas estreitas e esburacadas, desfavoráveis ao passeio da população nobre que aqui residia. Essas deficiências urbanísticas, somadas à população pobre e escrava que também habitava o centro, com seus hábitos considerados de baixa educação, davam ao centro histórico da cidade uma conotação negativa, não sendo um ambiente adequado para as elites, que viam a necessidade de procurar bairros mais afastados e com um aspecto mais limpo e sadio para moradia e lazer (EL-KAREH, 2010).

O sistema de transporte, com particular importância dos bondes, veio a favorecer a ocupação desses novos bairros, reforçando a tendência das elites comerciais e burocráticas buscarem áreas periféricas ao centro para construir suas residências. Elas passaram a fazer investimentos ao norte e sul da cidade, nos bairros como Catete, Glória, Flamengo, Botafogo, Santa Tereza, São Cristóvão,

Tijuca e Vila Isabel, tendo em vista a criação de zonas de valorização imobiliária (OLIVEIRA, 2001).

Por outro lado, do mesmo modo que o bonde efetiva a ocupação desses bairros nobres e periféricos ao centro pelas elites locais, que já vinham sendo urbanizados ou retalhadas em chácaras desde a primeira metade do século XIX, o trem possibilita a ocupação de outras áreas, também periféricas, por uma população de classes mais baixas, e foram responsáveis pela rápida transformação de freguesias que, até então, se mantinham exclusivamente rurais (ROCHA, 1986)

O surgimento do bonde e da ferrovia vai permitir a expansão da cidade para as freguesias rurais. O primeiro servirá as freguesias mais próximas nas zonas norte e sul e se tornará o grande indutor do modelo de ocupação voltada para os ricos e a nascente classe média. A ferrovia terá maior importância como indutora de urbanização já na virada para o século XX, quando as populações mais pobres passarão a ocupar as antigas freguesias rurais através dos loteamentos populares (SIMÕES, 2006, pg. 74).

A Estrada de Ferro Dom Pedro II, atualmente denominada Central do Brasil, inaugurada em 1858, possibilitou, a partir de 1861, com a inauguração dos serviços regulares de passageiros, a ocupação de diversos bairros suburbanos por onde ela passava. Em 1897, é inaugurada a Estrada de Ferro Leopoldina, desativada em 2004, proporcionando o desenvolvimento dos bairros suburbanos à beira da Baía de Guanabara. Algumas dessas áreas receberam seus nomes em função da própria construção da ferrovia. Cascadura, por exemplo, é um nome originário da resistência do solo na ocasião da abertura dos leitos naquela área. Novas estações foram surgindo e proporcionando a ocupação mais acelerada dos bairros por elas servidos (ROCHA, 1986).

Antigas olarias, curtumes, ou mesmo núcleos rurais, passaram então a se transformar em pequenos vilarejos, e a atrair pessoas em busca de uma moradia barata, resultando daí uma elevação considerável da demanda por transporte e a consequente necessidade de aumentar o número de composições e de estações (ABREU, 2006, p. 50)

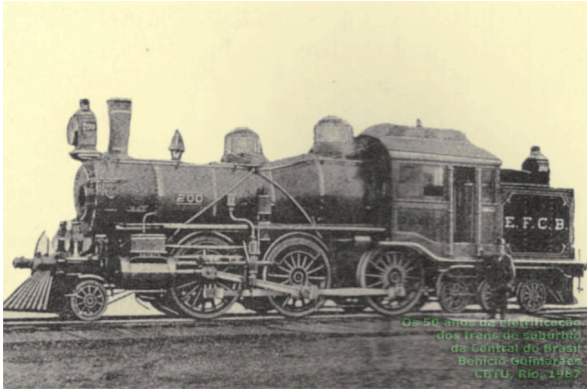


Figura 8 - Locomotiva Brooks, construída pela Brooks, que circulou no início do transporte de subúrbios da EF D. Pedro II. Fonte: <http://vfco.brazilia.jor.br>.



Figura 9 - Estação de Trem de Ramos. Fonte: [www.panoramio.com](http://www.panoramio.com).



Figura 10 - Estação de Cascadura inaugurada em 29 de Março de 1858. Fonte: <http://vfco.brazilia.jor.br>.

A cidade então estava com duas vertentes de crescimento. Por um lado, uma que direcionava o crescimento da cidade associado a uma ideologia que relacionava o estilo de vida moderno à localização residencial em locais aprazíveis nos arredores do centro antigo. Por outro, um processo de ocupação popular que localizou as casas ao longo da ferrovia, concentrando-as em torno das estações, onde, paulatinamente, foram abertas vias secundárias pelos proprietários de terras ou por pequenas companhias loteadoras. Contudo, esse processo urbano ao longo das ferrovias se desenvolve alheio a qualquer intervenção do Estado. Assim, tirando o centro comercial, a cidade, ao final do século XIX, estava dividida em áreas aristocráticas e populares (SILVEIRA, 2008)

## 3.2

### A segregação espacial e social

Aqueles bairros periféricos ao centro e ocupados pelas elites eram conhecidos como arrabaldes. Eram diferentes de tudo aquilo se se via na cidade antiga, sem o aspecto sujo, desorganizado e muito menos com aquela população de hábitos bárbaros que habitava o centro histórico. Arrabalde era a denominação dos lugares que se distinguiam pela exuberância da natureza, bucolismo e pelo aspecto mais saudável do ambiente, sendo um espaço aprazível para morar e passear (EL-KAREH, 2010).

Já os bairros ao longo das linhas férreas, ocupados por classes mais baixas e sem grande atenção do Estado, não eram conhecidos como arrabaldes, e sim como subúrbios. O termo foi associado a essas áreas pela natureza própria da palavra, com o prefixo “sub” reinando em todos os aspectos, não apenas para designar as áreas pouco urbanizadas e afastadas do centro, mas também pela inferioridade de tudo que lá se via. Comércio, indústrias e loteamentos populares formavam uma nova paisagem em uma área ainda pouco habitada e com características não muito atraentes para aquela elite que se afastou do centro, atraindo uma população menos abastada financeiramente.

No campo da habitação são criados dois modelos básicos que orientarão a separação das classes sociais na cidade. De um lado a criação de vilas e bairros operários onde se percebe uma alta taxa de ocupação do solo com a utilização quase total dos terrenos localizados próximos as áreas industriais e/ou centros de negócios e serviços. Do outro lado surge o típico bairro burguês, inspirado num anti-urbanismo e na recuperação de elementos da natureza. Este modelo se baseia na produção de bairros onde há ruas arborizadas e largas para facilitar a circulação do ar, sistemas de coleta de esgoto, pavimentação, espaços verdes e uma pequena taxa de ocupação de terrenos com a incorporação de jardins e quintais nas casas construídas em centro de terreno com grandes afastamentos frontais e laterais. (SIMÕES, 2006, pg. 78).

As classes dominantes, representadas pelas autoridades governamentais, atuaram na continuidade do processo de uma renovação urbana, ou seja, procuraram atuar no embelezamento da Zona Sul da cidade e de uma modernização da área central, cuja abertura da Avenida Central e o arrasamento

do morro do Castelo marcam o ápice desse momento. Ao mesmo tempo, as indústrias começaram a se expandir em direção aos bairros ao longo das linhas férreas, já que as instalações físicas no centro da cidade se mostravam inadequadas à nova ideologia urbana que passou a dominar na época (SILVEIRA, 2008).

O Rio de Janeiro vestiu-se de luxo e modernidade à medida que as elites urbanas especializaram os espaços, reprimiram os costumes tradicionais, esconderam a pobreza e os vícios na periferia, e procuraram manter sob vigilância e controle as vozes discordantes no conjunto dos excluídos. Acima de tudo, a cidade travou contato com a linguagem da civilização, à medida que os poderosos negaram o passado colonial, jogando o véu da interdição e da discriminação sobre a escravidão e os tempos coloniais (MENEZES, 1996, p. 29).

Um grande momento dessa distinção entre áreas ricas e pobres veio com a reforma urbana da política higienista de Pereira Passos, na primeira década do século XX, em que aquelas classes baixas que conviviam com as elites no centro histórico foram expulsas de onde residiam, num processo de erradicação dos inúmeros cortiços que lá existiam. Essa população desapropriada precisou procurar locais baratos para moradia, instalando-se, muitas delas, em favelas e outras nos bairros suburbanos ao longo da linha férrea, pelo baixo custo de vida. Com essa política de Passos, houve a consolidação de uma dicotomia entre centro histórico/zona sul x zona norte/ oeste, entre “cidade e subúrbio” no sentido que conhecemos ainda hoje (ABREU, 2006).

Esse subúrbio muitas vezes citado é a AP 3 que conhecemos hoje. Com uma origem de ocupação popular e recebendo essa população expulsa do centro, passou então a ser vista pela elite como um lugar de baixo valor social, diferentemente daqueles bairros nobres servidos pelos bondes. “Trem, subúrbio e população de baixa renda passavam a ser sinônimos aos quais se contrapunha a associação bonde/zona sul/estilo de vida moderno” (ABREU, 2006, p. 57).

Ao contrário da área nobre, entretanto, a ocupação suburbana se realizou praticamente sem qualquer apoio do Estado ou das concessionárias de serviços públicos, resultando daí uma paisagem caracterizada principalmente pela ausência de benefícios urbanísticos (ABREU, 2006, p. 82).

### 3.3

#### O conflito conceitual de subúrbio

Essa ocupação popular da AP 3 ainda no século XIX, favorecida também pela política urbana no governo de Passos já no século XX, implicou no conflito conceitual que vemos até os dias atuais, em que o significado da palavra subúrbio não está mais relacionado à questão da forma como o espaço geográfico foi apropriado e organizado, mas faz com que o termo represente um sinônimo de pobreza e de atraso.

Por definição, subúrbio, palavra aportuguesada do inglês suburb, literalmente sub-cidade, ou periferia (num sentido genérico, quer dizer "tudo o que está ao redor") é um termo utilizado para designar as áreas circunscritas às áreas centrais de um dado aglomerado urbano, sejam elas municípios, distritos ou outra qualquer instância política. Apresentam características de baixa densidade de ocupação de sua área, que geralmente abrigam empreendimentos que necessitam de grandes espaços para serem implantados, como propriedades agrícolas, condomínios residenciais, parques, estádios e parques industriais (VILLAÇA, 1998).

Ao procurar o significado de arrabalde, aqueles locais onde a elite se instalou, encontramos-lo como lugar ou localidade que fica no aro de uma povoação, também definido como proximidades, subúrbios e arredores.<sup>1</sup>

Analisando as definições acima, poderíamos concluir que subúrbio e arrabalde são sinônimos. Porém, o sentido social que cada termo desse carrega é que vai provocar uma sutil diferença entre eles. A definição mais detalhista abaixo nos mostra a carga diferenciada da palavra subúrbio, com aspecto de inferioridade, trazendo uma diferença ideológica deste para arrabalde, que vai muito além da simples posição geográfica que os tratam como sinônimos.

A palavra subúrbio, bem como sua correspondente em francês banlieue, trazem consigo um sentido pejorativo. Em português, o sufixo sub implica a subalternidade que as aglomerações que compõe o entorno da cidade estabeleceram com ela. Em francês, banlieue designava o território situado num

---

<sup>1</sup> Definição extraído do dicionário on-line Aurélio Buarque de Holanda.

raio de uma légua (lieve) em torno da cidade e que estava submetido à sua jurisdição (ban). Mas o ban era também uma condenação ao exílio, à expatiação, daí o verbo banir (EL-KAREH, 2010, p.19).

Como aqueles bairros nobres no Rio circundavam a cidade (o centro), estaria perfeito o enquadramento deles como arrabaldes, mas também como subúrbios, pois são simples sinônimos por definição. Porém, como a palavra subúrbio naquela época já possuía essa carga negativa, ou seja, diferente do propósito de ocupação daquelas regiões nobres, não foi atrelada àqueles bairros, pois nada tinham de inferior. Mesmo assim, podemos afirmar que o subúrbio, no sentido urbano da palavra, foi em parte ocupado por classes mais altas (arrabaldes) e em outra por classes mais baixas (subúrbios propriamente ditos), o que houve foi apenas uma camuflagem de sentidos, uma forma de diferenciar um do outro.

Com essa ideologia segregatória, o conceito urbano de subúrbio no Rio perdeu espaço, deixando de fazer a transição entre o urbano e o rural para delimitar bairros populares, considerados inferiores. Devemos lembrar que muitos subúrbios pelo mundo afora são ocupados por população mais rica do que as das áreas centrais, com urbanização horizontal e bucólica, e recebem o título suburbano pela sua simples disposição dentro do contexto da cidade, sem qualquer aspecto pejorativo, diferentemente do Rio de Janeiro.

Na foto abaixo, em um subúrbio da Califórnia, EUA, vemos o alto padrão das residências e o aspecto bucólico e tranquilo do bairro. O suburbano não é visto como de baixa renda, e sim como parte da população que procura determinado estilo de vida, em lugares pacatos. Ainda assim, a área é conhecida simplesmente como subúrbio, não havendo camuflagens como houve no Rio de Janeiro com seus arrabaldes.





Figura 11 - Subúrbio da Califórnia. Fonte: <http://pt.wikipedia.org>.

Se ainda no século XIX percebemos que já havia uma preocupação em distinguir áreas ricas de áreas pobres com novas nomenclaturas, sendo subúrbio associado à inferioridade, podemos concluir que há mais de um século da expansão urbana carioca existe uma intenção de segregar regiões, com ricos de um lado e pobres de outro. Quando a elite ocupava uma região geograficamente suburbana, porém aprazível e atrativa, esta era chamada de arrabalde como sinônimo de nobreza e distinção, não como subúrbio, criando um distanciamento de classes e atrelando uma questão social aos termos urbanos.

A elite do Rio de Janeiro sempre quis se manter distante física e socialmente de negros e pobres; assim, a cidade se desenvolveu tratando distintamente os moradores dos bairros de alto e de baixo status. A elite procurou manter excluídas de seus espaços as pessoas indesejáveis, estigmatizando-as por intermédio de suas cabeças pensantes, os formadores de opinião (jornalistas e escritores, entre outros). Esses profissionais foram pródigos na produção e reprodução de estereótipos negativos para representar o subúrbio carioca e seus moradores em jornais, livros etc...(SOUZA, 2010, p. 225).

### 3.4

#### A manutenção do conceito e a versão contemporânea do “subúrbio” carioca

Em um sistema simplificado, um município é o todo, onde estão incluídas zonas urbanas, suburbanas e rurais, hierarquicamente<sup>2</sup>. As zonas urbanas são as cidades propriamente ditas, áreas mais adensadas e providas de serviços e infraestrutura. Adjacente a ela e fazendo a transição entre a o urbano e o rural, temos a área suburbana, cuja definição foi vista anteriormente. Já a zona rural é a área de uso agrícola e pecuário, pouco comum nos municípios que abrigam grandes cidades como o Rio de Janeiro.

Partindo para os dados oficiais apresentados no Capítulo 2, se analisarmos os decretos de zoneamento de 1918, 1925 e Plano Agache e compararmos com os de 1937, 1976 e os Planos Diretores de 92 e de 2011, notaremos que os primeiros classificam a cidade em zonas urbanas, suburbanas e rurais, em uma hierarquia comum em urbanismo. Já os últimos, nos mostram mais uma forma de regular o tipo de uso do solo do que simplesmente classificar a cidade hierarquicamente.

No Plano Diretor de 1992, o termo subúrbio foi citado não como uma zona, e sim em uma referência àquilo que já havia sido consolidado no imaginário urbano - o subúrbio como bairros ao longo das linhas férreas. Isso pode ser visto na parte da lei que cita as diretrizes de uso e ocupação do solo para a Área de Planejamento 3, referindo-se ao transporte ferroviário da seguinte forma:

XII - construção e refazimento dos passeios ao longo dos muros das vias férreas, através da fiscalização do cumprimento dessa obrigação legal pela concessionária dos transportes ferroviários suburbanos;

XIV - estímulo à melhoria das condições operacionais do sistema ferroviário suburbano e da qualidade das suas estações<sup>3</sup>;

---

<sup>2</sup> Essa hierarquia aqui citada não é no sentido de supremacia de uma área sobre outra, e sim no sentido de classificação de áreas em função de seus aspectos de desenvolvimento urbano, como uma ordem, e não uma diferença de valores entre elas.

<sup>3</sup> Art. 67 da Lei Complementar nº 16 de 04 de junho de 1992 do Rio de Janeiro

Poderíamos então concluir que o legislador, em 1992, entendia que os locais por onde passam os trens seriam suburbanos, daí teríamos, pelo Plano Diretor de 1992, as áreas de planejamento 3 e 4 como subúrbio do Rio, basicamente conhecidas como subúrbios das linhas da Leopoldina e Central, até Santa Cruz.

Já a revisão desse Plano Diretor, em 2011, não mais trouxe o termo subúrbio em qualquer de suas seções, mesmo quando se refere ao transporte ferroviário. Poderíamos então concluir que o legislador, quase 20 anos depois, passou a enxergar todo o espaço municipal como integrante da cidade, ou seja, uma grande zona urbana? Teria sido o subúrbio carioca, pela legislação, extinto e incorporado à cidade? Pela simples leitura dos dispositivos legais, a resposta seria sim, a cidade cresceu sobre o município e ocupou toda sua extensão, sendo hoje o território municipal todo tomado pela cidade.<sup>4</sup>

No Brasil, a definição de zona urbana é trazida pela Lei 5.172/66 - Código Tributário Nacional, que define os critérios que um local precisa atender para se enquadrar nessa categoria. Essa lei define que toda zona urbana deve observar o requisito mínimo da existência de melhoramentos em pelo menos dois dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II - abastecimento de água;
- III - sistema de esgotos sanitários;
- IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do local considerado<sup>5</sup>.

Com o exposto acima e analisando as estrutura dos bairros da AP 3, podemos afirmar que esta é sim, com exceção de alguns bairros, uma zona urbana

---

<sup>4</sup> Vale também ressaltar que, além da extinção da área suburbana, a área rural também não mais se encontra no plano diretor vigente. Apesar de ainda haver algumas atividades desse tipo no município, parece que o propósito de não oficializá-las seria pela questão tributária, já que para a prefeitura é mais interessante ampliar o domínio do IPTU, de sua competência, do que permitir em seu território o recolhimento do ITR, de competência da União. O Plano Diretor de 2011 traz áreas agrícolas em seu texto, mas não rurais. Interessante notar que o plano define área agrícola aquelas onde prevalecem atividades agrícolas e de criação animal e aquelas de apoio e complementação compatíveis entre si - Art 45, inciso VI. Podemos ver a presença dessas atividades na área das Vargens, ratificadas na Lei Complementar 104/09 - PEU das Vargens.

<sup>5</sup> (Art. 32, § 1º, da Lei 5.172/66 (Código Tributário Nacional)).

nos moldes brasileiros, sendo errada a sua classificação como subúrbio. Obviamente existem algumas poucas áreas carentes nesse sentido, mas é uma minoria dentro de uma vasta região.

Até uma determinada época, tanto as áreas nobres como a atual AP 3 poderiam ser perfeitamente chamadas de subúrbios, por acaso um ocupado por “ricos” e outro por “pobres”, lembrando que essa definição independe da classe que habita, e sim de fatores de zoneamento urbano como vimos na definição. Porém, ambas passaram por processos de urbanização e hoje esse título perdeu sentido se observarmos a definição do que é urbano no Brasil.

Porém, na prática, isso não funciona. Alguns bairros da AP 3 estão praticamente tão distantes do Centro quanto o Leblon, e proporcionam hoje a seus moradores a mesma (ou até mais) infraestrutura urbana que alguns bairros da Zona Sul, porém continuam conhecidos como suburbanos. Não existe razão técnica para a manutenção desse título, então a resposta para isso só pode estar atrelada ao fator social que vimos anteriormente, e não a definições jurídicas e administrativas

Até o início do século XX, o termo “subúrbio” era utilizado por jornais e cronistas da cidade para se referir a qualquer área em expansão na cidade, o que incluía Botafogo, Leme, Copacabana, entre outros. Portanto, não era o tipo de ocupação e uso do espaço urbano que qualificava o espaço suburbano, mas o fato de ele se situar distante do centro, não possuir infraestrutura e os símbolos do poder econômico que então caracterizava esse centro: transportes, iluminação pública, água, arruamento, estilo arquitetônico, etc. Progressivamente habitados por moradores bem-nascidos, os então subúrbios ao sul da área central foram incorporados à cidade, transformando-se em bairros, enquanto as regiões ocupadas pelos pobres continuaram a ser chamadas de subúrbios, mesmo após a aquisição de infraestrutura urbana (MACIEL, 2010, pg.1996).

Analisando as características atuais dos bairros da AP 3 e partimos do conceito real de subúrbio e não de uma simples situação sócio-econômica, não seria possível classificar os bairros do Méier e Bonsucesso como tal. Eles não fazem a transição entre um Rio urbano e outro rural, estão próximos ao Centro e possuem todos os critérios brasileiros para serem considerados zonas urbanas, além de possuírem uma intensa ocupação e urbanização. Se são urbanizados, assim como outros bairros da região, deveria também, assim como os antigos

subúrbios da Zona Sul, ter havido um novo enquadramento desses locais, resultado do crescimento natural da cidade.

O subúrbio carioca é a região cortada pelas linhas férreas das antigas Central do Brasil, Leopoldina e a extinta linha auxiliar Rio D'Ouro, cujo trajeto era similar ao da atual linha 2 do Metrô. Subúrbio no contexto carioca refere-se quase exclusivamente a bairros populares cortados pela via férrea; nunca é utilizado pra indicar a Zona Sul (SOUZA, 2010, p. 219).

Assim, independentemente de a zona urbana se expandir e fagocitar os subúrbios ao redor, como ocorreu com Méier e Bonsucesso, percebemos que até os dias atuais há uma determinação ideológica do que é o subúrbio da cidade, pela simples posição social. Essa mentalidade segregatória de classes sobreviveu ao tempo e adquiriu parâmetros contemporâneos. Basta uma visão um pouco mais atenta para constatar como a cidade é divulgada pela imprensa e vista por parte dos moradores e visitantes, fato este basicamente proporcionado pelos chamados formadores de opinião em noticiários, reportagens, novelas e na mídia de uma forma geral.

A Barra da Tijuca, por exemplo, era uma antiga área rural do município como vimos no Capítulo 2, porém, como foi ocupada pelas classes mais altas, é noticiada e tratada pela população em geral simplesmente como Barra da Tijuca, uma espécie de extensão da Zona Sul da cidade, e não corretamente como Zona Oeste, que no geral é uma área carente, muito menos como subúrbio.

Se analisarmos bem, a Barra seria um arrabalde contemporâneo, um local limpo onde a elite carioca resolveu se instalar em busca de um local melhor e mais seguro para viver, pois a cidade antiga deixara de ser um ambiente adequado para os ricos que a habitavam (a violência já era um fator muito presente em todas as zonas da cidade). A elite procurou nesse novo bairro grandes e equipados condomínios fechados para viver, como se os antigos arrabaldes tivessem agora ganhado grades.

Outro exemplo contemporâneo de como esse zoneamento de classe persiste e como a palavra subúrbio ainda é mal empregada, passando a ampliar sua área de abrangência, é o que ocorre com a região da Tijuca. Como se não bastasse toda a AP 3 ainda ser tratada como suburbana, já podemos ver os bairros daquela área,

uma zona urbana e de origem mais elitizada, serem tratados como suburbanos. Vejamos alguns exemplos:

1 - No caderno Rio Show do Jornal O Globo, de 31 de agosto de 2012, um colunista, ao se referir a um bar no Grajaú, expressou-se da seguinte forma: "...as delícias deste pé sujo (nem tão sujo assim) do subúrbio carioca."

2 - No programa Marília Gabriela Entrevista, do canal a cabo GNT, no dia 5 de agosto de 2012, a apresentadora, ao se referir ao seu entrevistado, um famoso bailarino brasileiro, criado em Vila Isabel, disse que o mesmo teria vindo de um bairro do subúrbio carioca.

Esses bairros, que foram alguns dos nossos antigos arrabaldes, locais aprazíveis onde parcela da elite carioca se instalou, perderam seu *status* de nobreza e hoje sofrem com alguns estigmas urbanos. Nas últimas décadas essa região passou por um processo de decadência forte e de perda de sua posição social, em função da violência e favelização crescente, passando a Zona Sul e Barra da Tijuca a serem conhecidas como as áreas mais ricas da cidade, resultando em uma nova divisão social.

Da forma como os bairros "tjucanos" são hoje tratados por parte da mídia, poderíamos dizer então que houve uma ampliação do antigo subúrbio carioca para toda a Zona Norte, o que é um fato curioso, pois estaríamos vivenciando um processo ideológico de "suburbanização" de uma antiga área urbana, provocado pelos detentores do poder de comunicação. Isso ocorre mais uma vez pelo peso social do termo subúrbio, que adquiriu ares de contemporaneidade. Diferentemente da origem popular dos bairros cortados pelas linhas férreas, a área tjucana entrou na lista dos lugares estigmatizados por ter "empobrecido" e por estarem depois do Túnel Rebouças, que hoje é o maior parâmetro dessa divisão ideológica entre cidade e subúrbio (Zona Sul x Subúrbio, este toda a Zona Norte), como se fosse um simples estado de ser, e não um fato urbano.

O crescimento do Rio se desenvolveu com essa visão confusa, em que o urbanismo não se impôs, e sim os conceitos de nobreza e pobreza associados aos lugares, parecendo haver um propósito em menosprezar determinadas áreas e dizer que ali seria o lugar de alguns, no caso das classes mais baixas, não importando os conceitos urbanos.

Além disso, a classificação do espaço urbano em zonas Sul, Norte e Oeste acabou contribuindo para aumentar a segregação social da cidade com conceitos de classe, indo muito além dos sentidos da rosa dos ventos. Morar na Zona Sul significa ter status, uma espécie de grife de morar carioca, mesmo que a pessoa more nas muitas “cabeças de porco” lá existentes; simplesmente soa bem dizer que mora na Zona Sul.